

## **XVII Encontro Nacional de Economia Política**

### **Desenvolvimento Regional no Brasil: as contribuições de Rômulo de Almeida e Celso Furtado<sup>1</sup>**

**Francisco Monticeli Valias Neto**

Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, discente do curso de Ciências Econômicas e Bolsista do Programa PET da mesma Universidade.

**Daniel do Val Cosentino**

Professor do ICSA da Universidade Federal de Alfenas e Doutorando em História Econômica pela USP.

### **RESUMO**

Colocada já na década de 1930, a questão regional no Brasil sob perspectiva política e social ganharia importância a partir dos anos 1950. Os rumos das políticas de desenvolvimento regional no Brasil passariam inexoravelmente pela visão de dois intelectuais célebres que se tornaram referência obrigatória neste assunto: Rômulo de Almeida e Celso Furtado. A incansável luta pela inserção do Nordeste na dinâmica econômica nacional, nas perspectivas teórica e política, foi o grande marco na carreira desses dois brasileiros. Tanto Rômulo de Almeida como Celso Furtado ocuparam importantes cargos em órgãos públicos que determinariam as diretrizes de políticas regionais para o Nordeste. Deste modo, o caminho trilhado por estes órgãos representavam, em boa medida, as diferentes proposições de políticas que cada autor diagnosticava correta. O trabalho e as ideias de Almeida nem sempre mereceram atenção proporcional ao tamanho papel ocupado por ele como idealizador de projetos e políticas públicas nacionais e regionais entre as décadas de 1950 e 1970. O presente trabalho consiste em uma análise das ideias de Rômulo Almeida acerca do desenvolvimento regional, bem como uma tentativa de paralelo e comparação entre a sua visão e a de Celso Furtado.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; Rômulo Almeida; Celso Furtado.

### **ABSTRACT**

Discussed already in the 1930s, the regional issue in Brazil had acquired political importance during 1950s. The directions of regional development policies in Brazil is closely linked to vision of two famous intellectuals who became obligatory reference on this subject: Romulo de Almeida and Celso Furtado. Both Romulo de Almeida as Celso Furtado occupied important positions in public agencies that will determine the policy guidelines for the Northeast regional. The work of Almeida are not always received attention proportional to the size role played by him as the founder of projects and national and regional public policies between the 1950s and 1970s. This paper is an analysis of the ideas of Romulus Almeida on regional development, as well as an attempt to parallel and comparing their vision and Celso Furtado.

**Keywords:** regional development; Rômulo Almeida; Celso Furtado.

**Área e subárea temática: 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico: 1.2. História do Pensamento Econômico**

---

<sup>1</sup> Os autores contaram com o apoio da FAPEMIG.

## XVII Encontro Nacional de Economia Política

### **Desenvolvimento Regional no Brasil: as contribuições de Rômulo de Almeida e Celso Furtado<sup>2</sup>**

#### **Introdução**

Tratar a problemática do desenvolvimento regional como questão pertinente às preocupações de um economista é aproximar, de certo modo, a grande lacuna existente entre a ciência econômica e realidade das economias capitalistas. Contudo, mesmo que o problema da desigualdade regional fosse tão explícito desde a formação do capitalismo, até a segunda guerra mundial praticamente não se falava de políticas regionais; estas ainda eram tratadas como “uma matéria de localização das atividades agrícolas e industriais” (DINIZ, 1999). Esse silêncio talvez possa ser atribuído à questão urbana, que ainda não havia emergido como um problema social e político, fazendo com que as políticas regionais perdessem respaldo social, e, do ponto de vista da teoria econômica, ao viés crítico implícito na própria idéia de desenvolvimento regional. Em outras palavras, falar de desenvolvimento regional é questionar a eficiência alocativa do mercado, ou seja, negar os pressupostos da teoria liberal *mainstream* das práticas econômicas até então.

Historicamente, encontramos os primórdios da preocupação regional no Plano de Eletrificação Nacional, elaborado pela União Soviética em 1925. Este plano tinha o objetivo de construir várias usinas hidrelétricas, prevendo seu aproveitamento como base para o desenvolvimento regional e sua integração futura. Posteriormente, em 1928, a Comissão Nacional de Planejamento ratificaria a preocupação regional da União Soviética, ao considerar a dimensão regional e a preocupação geopolítica da Sibéria (DINIZ, 1999).

Pouco tempo depois, a preocupação regional ganharia respaldo no mundo com a grande crise de 1929, pois esta expôs claramente os problemas regionais da maioria dos países capitalistas e industrializados. Neste momento, os pressupostos de harmonia econômica do sistema capitalista seriam colocados em *xequê*, mais do que isto, a concepção sobre a participação mínima do Estado na economia cairia ao chão.

Como se sabe, depois da crise veio o Estado. Roosevelt, eleito presidente em 1932, implementou o New Deal, um programa de recuperação econômica, que previa a expansão do gasto público para reduzir a capacidade ociosa das empresas e, com isso, aumentar a renda agregada e o

---

<sup>2</sup> Os autores contaram com o apoio da FAPEMIG.

emprego nos Estados Unidos. Esse tipo de intervenção do Estado não era óbvio na época e representava um desafio à concepção dominante, mas em declínio. Prevaleciam ainda as idéias liberais e Keynes ainda não era Keynes. No contexto da agudização das desigualdades regionais no país, o sul era muito menos desenvolvido que o norte, e daquele programa de recuperação econômica, em 1933, foi criado o Tennessee Valley Authority (TVA), uma agência governamental cujo objetivo era promover o desenvolvimento econômico na região do vale do Tennessee, especialmente afetada pela grande depressão.<sup>3</sup> Reflexo indireto da teoria keynesiana que se firmava, esta foi a primeira experiência de planejamento regional concretizada num país de economia capitalista.

A teoria econômica agora seria guiada pelos conceitos advindos da revolução Keynesiana, que promoveria a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e do reordenamento territorial de vários países, através do avanço das técnicas e práticas de planejamento econômico. Também nasceriam instituições específicas para o fomento das políticas regionais, tais como o TVA. No fundo, estava se construindo uma teoria que daria conta de resolver os problemas da realidade, e o problema regional era uma parte significativa desta.

No Brasil, o longo período de economia primário-exportadora fez com que nosso território se transformasse naquilo que Francisco de Oliveira chamou de “arquipélago de regiões” (OLIVEIRA, 1990). O termo enfático traduz a experiência de um país que viveu por mais de quatro séculos sob a dependência do mercado externo, nos diferentes ciclos (que vão desde o cultivo de cana-de-açúcar, passando pela mineração até chegar no café) sempre prevaleceu o nexos externo. O desenho regional do Brasil não poderia ser diferente: uma região de dinâmica externa, apoiada no cultivo da monocultura desvinculado com o resto da economia que se preocuparia com o abastecimento externo. Assim “as economias regionais se articulavam muito mais para fora do que para dentro do espaço nacional” (BACELAR, 2000).

O problema regional, por conseguinte, dependia quase exclusivamente do desempenho externo, ou seja, o que garantia o desempenho de certa região era, em primeiro lugar, sua articulação com o estrangeiro, e, em segundo lugar, um cenário favorável de comércio internacional, ou seja, se o açúcar (cultivado no século XVII) estava valorizado internacionalmente, a região Nordeste iria bem. Neste prisma, enquanto o nexos da economia brasileira estivesse voltado para o exterior, os problemas que depois viriam a ser encarados como inerentes de cada região não fariam sentido se levássemos em conta a dinâmica econômica nacional. Assim, paradoxalmente, a

---

<sup>3</sup> O fotógrafo Walker Evans captou em imagens os efeitos da grande depressão no interior dos Estados Unidos.

discussão específica da questão econômica regional surge com maior clareza quando a discussão econômica do país se volta para o plano nacional.

Por isso, a questão regional nasce no Brasil a partir do momento em que o país passa de uma economia primário-exportadora para uma economia de base industrial<sup>4</sup>. Essa mudança tão profunda vivida na economia brasileira no século XX, garantiria uma nova dinâmica econômica: neste momento, ao internalizar o comando da acumulação, o mercado interno atua como determinante na lógica econômica, pois passa a configurar a articulação da economia nacional. No fundo, o processo de industrialização rompe com a lógica externa e a complexidade da economia passa a ser representada pela articulação das diversas regiões entre si. Nas palavras de Tânia Bacelar:

Neste momento, as diversas ilhas do Brasil começavam a articular entre si, a estabelecer relações cada vez mais intensas entre elas mesmas, e é quando começa a surgir a chamada questão regional brasileira. No momento em que estas articulações se montam é que a sociedade brasileira vai perceber que estava diante deste processo de construção, que é um processo de construção nacional, mas que há diferenciações regionais muito importantes, e evidencia-se que determinadas regiões tem uma dinâmica diferente de outras. (Bacelar, 2000, p.73)

Colocada já na década de 1930, a questão regional sob perspectiva política e social ganharia importância a partir dos anos 1950. Os rumos das políticas de desenvolvimento regional no Brasil passariam inexoravelmente pela visão de dois intelectuais célebres que se tornaram referência obrigatória neste assunto: Rômulo de Almeida e Celso Furtado. A incansável luta pela inserção do Nordeste na dinâmica econômica nacional, nas perspectivas teórica e política, foi o grande marco na carreira desses dois brasileiros que ocuparam importantes cargos em órgãos públicos que determinariam as diretrizes de políticas regionais para a região. O presente trabalho consiste em uma análise do pensamento de Rômulo Almeida a respeito do desenvolvimento regional bem como um paralelo de sua visão, utilizando o exemplo do processo de criação e implementação do Banco do Nordeste, com a de Celso Furtado sobre a questão regional, utilizando o exemplo da SUDENE.

### **Rômulo Almeida e o desenvolvimento regional**

Rômulo Almeida é daqueles personagens até certo ponto injustiçados quando o assunto é o pensamento econômico brasileiro. São poucos os trabalhos a respeito de suas ideias econômicas se

---

<sup>4</sup> Furtado, Celso. “Formação Econômica do Brasil”, São Paulo: Cia das Letras, 2009.

comparado à importância de sua atuação em momentos importantes da vida política e econômica brasileira<sup>5</sup>.

São poucos os textos do próprio Rômulo, o que certamente dificulta o estudo de suas ideias. Além de alguns artigos e relatórios técnicos espalhados em diversas publicações<sup>6</sup>, há um livro reunindo alguns de seus mais importantes escritos, bem como três publicações que reúnem depoimentos do mesmo sobre sua vida, obra e atuação política.<sup>7</sup>

O fato é que Rômulo Almeida é um personagem importantíssimo por sua atuação e participação nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros durante, principalmente a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país. Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos e transformações da estrutura econômica brasileira e participar ativamente da formação das organizações e instituições do Brasil contemporâneo. Sua atuação no âmbito do Estado foi marca fundamental na organização e criação de uma tecnocracia estatal, que passaria a fornecer o conhecimento e apoio técnico à industrialização da economia brasileira. Como aponta André Tosi Furtado,

“mais do que um membro da tecnocracia que estava emergindo no aparelho do Estado no período do pós-Guerra, tratava-se de um técnico de grande competência, fortemente motivado em torno do interesse nacional e contratado por concurso público. Coube-lhe assim a oportunidade de estar involucrado num intenso processo de transformação da administração pública e da economia brasileira.” (Furtado, 2007, p.336)

Rômulo participou de projetos importantes como a criação da Petrobrás, Eletrobrás e da CAPES. Além disso, como pretende explorar mais a fundo este trabalho, teve uma atuação importante na discussão a respeito do desenvolvimento regional no país. Além de trabalhar em

<sup>5</sup> Neste sentido dois dos trabalhos mais importantes a respeito do pensamento econômico brasileiro praticamente não retratam ou abordam as suas contribuições. Ver Bielschowsky, Ricardo. “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento”. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. E Mantega, Guido. “A economia política brasileira”, São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985. Alguns dos trabalhos a seu respeito, ver Almeida, Aristeu Barreto de. (org.) “Rômulo Almeida o Construtor de Sonhos”, Salvador: CORECON, 1995; Souza, Aristeu & Assis, J. Carlos de. “A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida”, Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006; Furtado, André Tosi. “Rômulo Almeida (1914-88) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro”, In: Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Atlas, 2007; Silva, Sylvio Bandeira de Mello e. “Rômulo Almeida e o Sonho do Planejamento Regional” In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001.

<sup>6</sup> Ver por exemplo Almeida, Rômulo. “Planejamento Regional”, In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001; Almeida, Rômulo. “Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio” In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

<sup>7</sup> Almeida, Rômulo. “Nordeste desenvolvimento social e industrialização”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Almeida, Rômulo. “Rômulo: voltado para o futuro”, Fortaleza: BNB, 1986; Almeida, Rômulo. “O Nordeste no Segundo Governo Vargas”, Fortaleza: BNB, 1985; Almeida, Rômulo. “Romulo Almeida (depoimento; 1988)”, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.

planos para o desenvolvimento do Nordeste, idealizou, participou da criação e foi o primeiro presidente do Banco do Nordeste. Esta atuação e suas ideias em torno deste tema serão objetos largamente explorados nas páginas que se seguem.

Nascido em Salvador, Rômulo Almeida começou carreira como tecnocrata na Bahia no final da década de 1930. Nos anos de 1940 trabalhou no Acre e teve experiência de consultoria no escritório de Santiago Dantas no Rio e como professor substituto de economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Atuou ainda como assessor econômico no Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1945 fez concurso para o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), tendo sido um dos primeiros funcionários públicos alçados à posição por mérito próprio. Trabalhou também como chefe do departamento de econômico da CNI, a convite de Roberto Simonsen.

No início dos anos de 1950, convidado por Vargas, foi designado oficial-de-gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo foi incumbido pelo presidente de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República. A Assessoria foi concebida também como órgão técnico planejador complementar à Missão Abbink. Seria ela responsável pela formulação da política de desenvolvimento do país. Havia, portanto, uma relação de confiança de Vargas em Rômulo Almeida<sup>8</sup>, que seria um dos responsáveis pela elaboração do projeto nacionalista que passava pela montagem de um arcabouço institucional. Podemos dizer que este momento foi o auge da carreira de Rômulo como tecnocrata<sup>9</sup>.

Na Assessoria participou de projetos fundamentais do período em questão. No campo energético, essencial à industrialização naquele momento, participou da idealização e criação da Petrobrás, na idealização da Eletrobrás (que viria a ser criada de fato nos anos de 1960) além do Plano Nacional do Carvão. Não podemos esquecer também de sua contribuição no campo da educação, com a criação da CAPES<sup>10</sup>. Além disso, evidentemente, participou ativamente da criação do Banco do Nordeste, do qual foi presidente no ano de 1954.

Neste mesmo ano, com o suicídio de Vargas e por diferenças ideológicas com o governo organizado por Café Filho, se afastou das questões nacionais, direcionando suas preocupações maiores e atuação para a questão regional. Foi Secretário da Fazenda na Bahia e elegeu-se deputado

---

<sup>8</sup> Depoimentos do próprio Rômulo dão conta de que Vargas poderia ter pra ele um projeto de ascensão política na Bahia que, não fosse o seu suicídio bem como a estrutura política local, poderia ter o alçado como governador da Bahia.

<sup>9</sup> Mais sobre o segundo governo Vargas, bem como o papel e a importância da Assessoria Econômica da Presidência da República, ver o importante livro de Maria Celina D'Araújo prefaciado por Rômulo Almeida. D'Araújo, Maria Celina. "O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política", 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>10</sup> A questão educacional e sua relação com o processo de desenvolvimento sempre foi um tema muito caro ao autor, que tem um texto muito interessante sobre o assunto. Ver Almeida, Rômulo. "Programação Educacional Num País em Processo Inicial de Desenvolvimento" In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Nº 105 - Jan/mar 1967.

federal pelo estado. A atuação em sua terra natal inclui a participação na primeira Comissão de Planejamento Econômico do estado baiano, bem como no Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia. Além disso, foi secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste, tendo representado a Bahia, também, na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Teve, portanto, uma carreira importante no serviço público do estado.

Ademais, teve uma atuação internacional de destaque na Associação Latino-Americana de Livre Comércio no Uruguai e como representante do Brasil no Comitê dos Nove da Aliança para o Progresso - OEA. Pode-se dizer que sua carreira como tecnocrata e homem público se encerrou com a ditadura militar.

Nesse momento organizou na Bahia a Clan S.A. Consultoria e Planejamento. A empresa teve participação em empreendimentos importantes no estado como no Polo Petroquímico de Camaçari. A atuação de Rômulo Almeida na consultoria expressa a sua preocupação com desenvolvimento regional e com projetos que aproveitassem os recursos naturais da região em torno de um projeto de criação e fortalecimento de um mercado interno regional no Nordeste que pudesse alavancar o desenvolvimento da região.

Portanto, parece clara e evidente a importância deste personagem para o pensamento econômico brasileiro. A melhor compreensão de suas ideias nos ajuda a melhor entender um importante período da história nacional, bem como lançam luz sobre questões ainda muito atuais como o problema do desenvolvimento regional.

Aliás, o estudo da vida e da obra do autor deixa claro como o mesmo vai direcionando suas preocupações para a questão regional e do Nordeste ao longo de sua vida pública. Sobre isso, em depoimento de 1988 ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rômulo Almeida ilustra bem a sua personalidade e atitude em relação ao desenvolvimento regional e especificamente ao desenvolvimento do Nordeste. Questionado sobre o fato de nunca ter deixado de ser um homem do Nordeste apesar de sua atuação nacional, sua resposta é esclarecedora: “Não, eu me transformei. Eu fui federal, depois passei a ser regional pela consciência de que era preciso enfrentar esse problema.” (Almeida, 1988, p. 166)

Em seguida ao ser questionado se a região teria solução, expressa brilhantemente sua visão a respeito do Nordeste, bem como do desenvolvimento regional:

“Tem solução. A solução é combinar uma estratégia de transformação com uma estratégia de sobrevivência. Quer dizer, na medida em que a estratégia de transformação ainda não atingir toda a área, você atuar com uma estratégia de sobrevivência. O que é a estratégia de transformação? Isso é um pensamento meu, não é? Estratégia de transformação é basicamente a descentralização do processo de acumulação capitalista. Mas que exige pioneiramente a ação do Estado. Daí, a

meu ver, o furo da política industrial e da estratégia de integração competitiva, na medida em que induzem a um desarmamento do Estado brasileiro. Então, isso significa você desenvolver atividades no setor secundário, do tipo pólo petroquímico, pólo cloroquímico de Alagoas, a indústria de aço e de alumínio no Maranhão, quer dizer, indústrias de base. E, ao lado disso, todas as outras indústrias de transformação que sejam possíveis - por exemplo, dar preferência à indústria têxtil de confecção, que tem condições excelentes de localização no Nordeste. Ao lado disso, também, os investimentos na agricultura moderna, sobretudo irrigação, e nos serviços. Por que é que você bota tudo no Rio e em São Paulo, em termos de pesquisa, quando você podia descentralizar? Como outros países fizeram, como os Estados Unidos mesmo fizeram? Quer dizer, pode-se descentralizar. Se você tiver um mínimo de escala, você pode botar a Fundação Getúlio Vargas no Recife ou na Paraíba. Não tem que botar tudo no Rio e em São Paulo” (Almeida, 1988, p.166-167)

A passagem acima é das mais interessantes. Para o autor a solução dos problemas do Nordeste passa necessariamente por uma estratégia que transforma a região sem, contudo, esquecer de seus problemas mais urgentes, o que ele chama de estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, começa a ficar clara aqui a visão que compôs e esteve por trás da criação do Banco do Nordeste, cujo papel idealizado em seu projeto, visava combater, através do crédito a pequenos projetos, os efeitos mais nefastos das secas que se abatiam sobre a região. Era uma estratégia de sobrevivência que não iria solucionar os problemas mais complexos da região, nem diminuir a desigualdade e dependência em relação às regiões mais ricas do país, mas que funcionaria como elemento importante de combate e prevenção aos problemas mais urgentes causados pelas secas. Evidente, e como explicita bem o autor, a solução geral para os problemas da região passaria, necessariamente, por projetos que desconcentrassem e descentralizassem investimentos industriais, de pesquisa, inovação e capacitação, bem como aproveitassem os recursos naturais disponíveis.

Em interessante texto, apresentado em um Congresso sobre Planejamento, Rômulo Almeida discute o Planejamento Regional e sintetiza bem seu ponto de vista sobre a questão. Para ele, escrevendo na década de 1970, o desenvolvimento nacional tradicionalmente incorpora o argumento de que os esforços econômicos devem ter determinada concentração espacial para assegurar a expansão econômica, territorial e o desenvolvimento da nação e só depois assegurar distribuição regional dos benefícios gerados. Assim, esse processo tende a criar um círculo vicioso, onde as áreas privilegiadas tendem a não admitir a desconcentração do processo. Dessa forma, para o autor, o discurso e a mobilização regional assumem um papel de luta pela melhor distribuição da renda nacional e dos recursos disponíveis na busca por melhor equalização, bem como uma maior apropriação regional dos mesmos. Em plena década de 1970 sua visão significava também uma crítica ao modelo de desenvolvimento/crescimento econômico adotado no regime militar e à ideia



de crescimento concentrador de renda. Em suas próprias palavras, “A idéia de crescer o bolo e depois dividir. Uma idéia equivocada, porque o bolo cresce incessantemente sem dividir”. (Almeida, 1988, p.145)

Para ele, uma política de desenvolvimento regional deveria ser ancorada na concepção de uma melhor e mais justa alocação espacial dos recursos, ou, nas palavras do próprio autor, “inspirada na ideia de justiça e no interesse de assegurar melhor a solidariedade nacional através de maior satisfação das populações periféricas” (Almeida, 2001, p.6). Dessa forma, tal objetivo seria inviável politicamente sem a consciência de que tal processo incorpora um objetivo de desenvolvimento nacional. Assim, Rômulo alerta “que dificilmente pode haver desenvolvimento regional no sistema de preços. Há que haver intervenção deliberada para descentralizar.” (Almeida, 2001, p.10) Portanto, trata-se de valorizar as políticas públicas integrando planejamento nacional ao planejamento regional.

O fato é que você já tem uma área bastante desenvolvida, e supõe-se que nessa área as coisas têm rentabilidade, os esforços têm resposta, e na região periférica não têm. Então, existe uma oposição ao esforço de descentralização. Oposição às vezes surda, mas efetiva. (...) Se não houver correção através do Estado, isso é inexorável. (Almeida, 1988, p.144)

Falando mais especificamente do processo de desenvolvimento regional, o autor argumenta que o mesmo deve se valer da desconcentração concentrada de recursos que visem desenvolver as regiões com base em polos de desenvolvimentos (em uma clara referência a François Perroux e a ideia de polos de crescimento<sup>11</sup>) que integrem planejamento econômico, social e espacial. Fica claro aqui a valorização das especificidades regionais e o papel central que as mesmas devem assumir no processo de planejamento regional.

“Não creio que haja uma receita absoluta. As condições de cada estrutura econômica, geográfica e institucional, é que definem o tipo de planejamento mais adequado em cada área e em cada momento. Porém parece-me que já se tem elementos para concluir que, ao lado de normas e critérios gerais de política regional e compensação de desequilíbrios mais chocantes, o desenvolvimento regional intensivo deve basear-se num modelo de desconcentração concentrada . Este modelo conduz a desenvolver as regiões na base de pólos e áreas metropolitanas, modelo no qual se integra o planejamento econômico-social e o espacial, embora os limites do espaço geográficos sejam, só convencionalmente fixáveis. Na prática, certamente, esse modelo será condicionado pelos limites de regiões-programa estabelecidos por condições institucionais de difícil ou desnecessária correção.” (Almeida, 2001, p.10)

---

<sup>11</sup> Ver Perroux, François. “A economia do século XX”. Porto: Herder, 1967.

Ademais, convém ressaltar a importância e pioneirismo de sua abordagem ao relacionar a questão regional à questão da integração latino-americana. Negando a ideia de que o planejamento e o desenvolvimento regional seriam limitadores de uma maior integração continental, Rômulo Almeida sustenta a ideia de que tal combinação poderia ser benéfica ao processo de desenvolvimento ao reduzir os desequilíbrios regionais uma vez que “se reduziria o efeito da dominação única, ou seja, haveria sobre as áreas inevitavelmente periféricas (em termos econômicos) e, inclusive limítrofes, geograficamente, a competição de maior número de pólos e áreas metropolitanas.” (Almeida, 2001, p.11).

Assim, conseguimos perceber que Rômulo Almeida elenca os principais pontos a respeito do que acredita ser uma política nacional de desenvolvimento regional. Neste sentido, sua experiência técnica e prática como membro da burocracia estatal (como nos casos dos vários relatórios sobre as condições do Nordeste ou no projeto de criação e a atuação como presidente do Banco do Nordeste ou nos inúmeros trabalhos frente ao Governo da Bahia), bem como consultor em grandes projetos econômicos no Nordeste (como o Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia) através da CLAN, ilustram bem as ideias discutidas e apresentadas. Pretendemos a partir de agora explorar um pouco melhor essas experiências utilizando o exemplo do Banco do Nordeste para ilustrar as suas ideias a respeito do desenvolvimento regional.

A preocupação regional com o Nordeste nasceu com o diagnóstico de que todos os problemas sociais e econômicos da região advinham dos problemas causados pela intermitente seca que a assolava. A primeira medida com o propósito de combater a seca foi a criação da Comissão Imperial, em 1877, cujo objetivo era analisar e propor soluções para o problema. Aquela comissão sugeriu o desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do rio São Francisco, ou seja, grandes obras de engenharia. Porém essas ações foram limitadas e lentas, enquanto se agravava o problema social da região (DINIZ, 1999).

Desde então, diversos órgãos e departamentos seriam criados sempre com diagnóstico semelhante: IOCS (inspetoria de obras contra a seca) transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1906, e em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945. De outro aspecto, havia sido criada a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste do Brasil com 2% do orçamento da União. Em 1923, a Constituição Federal fixou em 4% do orçamento Federal para o controle das secas, e neste mesmo sentido o congresso, em 1950, aprova a Lei Sarazate, que previa uma intervenção do governo para financiar os proprietários e até mesmo agências públicas da região em pequenas obras de combate à seca (aguadas, poços e forragens resistentes à seca). Esse posicionamento do Estado deixava muito claro

que todos os problemas do Nordeste eram derivados de uma geografia desfavorável, que esporadicamente castigava a região com fortes secas, e, portanto, a partir desse diagnóstico, quaisquer soluções plausíveis encontravam-se no campo da engenharia contra a seca.

Neste contexto, Rômulo de Almeida emerge como um dos principais técnicos ligados ao então governo de Getúlio Vargas destinado à preocupação regional do Nordeste. Ocupando o cargo mais importante da Assessoria da Presidência da República durante o segundo governo Vargas, Rômulo elaboraria o documento intitulado “Planejamento do Combate às secas”, onde explicaria as causas do atraso da região Nordeste. Encontrava-se aí uma tese importante, posteriormente retomada em numerosos trabalhos sobre os problemas da região, na qual se explicava de que forma o processo de industrialização por substituição de importações levou à concentração da atividade econômica no Brasil.

Rômulo mostrou neste relatório que o processo de industrialização por substituição de importações fez com que a atividade econômica se concentrasse no Centro-Sul do país, gerando dinâmica e desenvolvimento nesta região, ao passo em que se aumentavam os desequilíbrios regionais. O Nordeste que exportava produtos para o exterior sofria com a política cambial (de valorização artificial do Cruzeiro) em benefício da indústria nascente na região Centro-Sul. Nas palavras de Rômulo de Almeida:

Sobretudo na medida em que vendem fora dos preços de compensação ou do câmbio livre, o efeito econômico é um desequilíbrio nos termos de troca e uma descapitalização pelo fato de venderem a preços de competição internacional, e de comparem (mesmo no caso de não haver defasagem entre o câmbio oficial e o câmbio livre) a preços que são os preços de escassez ou os preços de inevitável proteção do mercado interno (venda a 18,50 compra ao Sul, digamos, a 40,00 com a sobrecarga do alto custo dos transportes internos, sobretudo da nossa onerosa navegação de cabotagem, que constitui um problema para o Nordeste. (Almeida, 1985, p. 228)

Ou ainda:

O Nordeste pagava por isso, porque recebia pelo Dólar uma quantia muito pequena e não podia importar os produtos do exterior, tinha que importar de São Paulo, então importava muito mais caro, quer dizer, vendia por muito menos e comprava por muito mais. Isso provocou um desequilíbrio (Almeida, 1986, p.78)

O relatório estava evidenciando que o Nordeste era uma região que exportava produtos primários e gerava divisas, ao passo que tinha que importar produtos manufaturados da região Centro-Sul, a custos superiores aos dos produtos importados. Concluindo-se assim, que a região Nordeste estava de certa forma, financiando a industrialização do Centro-Sul. Esta ideia foi

posteriormente retomada pelo relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) que formou as bases para a construção da SUDENE anos depois.

O documento ainda enfatizava a existência de capitais no Nordeste, mas o “marasmo” vigente na região conduzia tais capitais para a região Centro-Sul, onde se encontravam as melhores condições de valorização. Este conceito espelha a influência teórica de Alfred Marshall, cuja obra fora traduzida no Brasil pelo próprio Rômulo de Almeida. Essa influência consiste no conceito de “economias externas”, que explica esse deslocamento de capitais, através da maior lucratividade provocada pelo efeito de complementaridade e densidade de mercado característico da zona de concentração. Dessa forma, fica evidente que o Nordeste deixado à mercê das leis de mercado, cada vez mais se distanciaria, do ponto de vista econômico, do centro dinâmico da economia. Logo, justifica-se então, a intervenção do Estado para amenizar esses desequilíbrios regionais.

“Esse problema do desequilíbrio e da descapitalização, porém, não pode ter solução suficiente por esses meios [leis de mercado] : deve ser sobretudo enfrentado por um programa de inversões federais compensatórias, destinadas a restituir ao Nordeste, de modo geral, o desfalque resultante dessa descapitalização e, diretamente, a aumentar-lhe a demanda de importações, em concorrência com o Sul, dentro dos critérios gerais de prioridade”. (Almeida, 1985, p.230)

Colocados os principais problemas da região Nordeste, tal documento serviu como embrião para elaboração do projeto do Banco do Nordeste do Brasil, em 1951, pela Assessoria Técnica da Presidência da República, onde Rômulo de Almeida atuou com destaque. O Banco do Nordeste surgiu para aplicar a grande quantidade de recursos destinados ao combate às secas, pois as obras até então do DNOCS, não resolveram os problemas da região. Em suas palavras:

(...) nós examinávamos a experiência de combate aos efeitos da seca, e mostrávamos que a solução de engenharia era uma solução insuficiente, que era preciso pensar em termos econômicos, sociais e agrônômicos e que não se devia cuidar somente da seca e do polígono das secas, mas da região que era afetada por ele, ou seja, de todo o Nordeste. Era preciso pensar em termos econômicos. (Almeida, 1986, p. 77)

O Banco teria então a preocupação de melhorar as condições de vida da população do Nordeste para garantir o funcionamento de sua economia. Rômulo pretendia junto à iniciativa privada capitalizar ações eficazes de combate às secas: obras hidráulicas, de silos e armazéns, de equipamentos e materiais agrícolas e custeio.

“É preciso educar para a manutenção de reservas de alimentos, forragens e sementes; o trabalho cooperativo permanente; a preservação de recursos naturais; o aproveitamento das plantas xerófitas; a irrigação, a maior eficiência agrícola em áreas irrigadas ou não; a defesa contra as pragas; a

difusão de hábitos de higiene, inclusive alimentar; a criação de pequenas indústrias caseiras, etc”. (Almeida, 1985, p.238)

A ideia era conciliar uma política que combatesse os problemas imediatos que a seca proporcionava, com projetos que visavam a modernização/aperfeiçoamento das atividades já existentes. Neste sentido, havia projetos específicos para alcançar estes objetivos, tais como: A) um programa de aproveitamento racional dos rios perenes da região, principalmente o São Francisco, o Parnaíba, o Paraguaçu, o rio do Contas, o Itapicuru e o Vaza-Barris; B) no levantamento e na programação das obras de açudagem, para tornar perenes ou regularizar rios temporários e torrenciais e acumular água em grandes barragens, especialmente com fins de irrigação e C) num programa ampliado de cooperação para projeto e construção de pequenos açudes (Almeida, 1985, p.241). No fundo, todos esses projetos visam maximizar o aproveitamento/armazenagem da água para corrigir as possíveis irregularidades das precipitações, e com isso amenizar os problemas decorrentes da seca.

No que tange a modernização/aperfeiçoamento da agricultura, os projetos convergiam para o constante estudo técnico da geografia da região, de forma a desenvolver as potencialidades e corrigir as deficiências das atividades agrícolas no semi-árido, visava-se aumentar a produtividade da chamada “agricultura seca”. Concomitantemente, o BNB atuava na concessão de crédito rural e projetos de redescontos rurais, consolidando a base econômica de financiamentos para o desenvolvimento da agricultura. Com este panorama, o BNB incentivou o desenvolvimento dos seguintes setores: A) de produtos minerais, florestais e agropecuários da região; B) as indústrias de alimentação, que industrializem produtos regionais e contribuam para melhorar o padrão alimentar do Nordeste. Assume especial importância a racionalização da atividade nos matadouros, para o máximo aproveitamento dos produtos; e C) a pequena indústria artesanal e doméstica, incluindo oficinas mecânicas. Levar-se-á em conta o fator humano: os pendores do nordestino, criador de variada atividade artesanal. (Almeida, 1985, p.247)

O fato é que no campo de atuação delimitado pelo BNB não se pensava o Nordeste com uma visão de inserção desta região no mercado interno através de atividades dinâmicas, não se pretendia romper com a lógica histórica de dependência com o Sul, pelo contrario, pensava-se em desenvolver atividades em harmonia com este esquema. Estava clara a preocupação assistencialista e a vocação ruralista do BNB pela escolha da alternativa de atuação através de medidas que atenuassem os desequilíbrios regionais. Cabe ressaltar que, de certa forma, Rômulo de Almeida, neste momento, concordava com o diagnóstico de que o grande problema do Nordeste era a seca, e

toda atuação neste prisma consistia em prover medidas que visassem amenizar tal problema a curto prazo. Em resumo:

O projeto de desenvolvimento da região era ainda basicamente autocentrado, já que as atividades a serem apoiadas a orientavam-se fundamentalmente aos mercados locais ou regionais, ou se apoiavam ainda nas atividades tradicionais da região. Tratava de uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, à La Nurkse, em que haveria um crescimento harmonioso de todas atividades produtivas, inclusive daquela de mais baixa produtividade, que iriam ser modernizadas gradualmente por meio da intervenção do Estado (Furtado, A. T. 2007, p. 344)

Contudo, estaríamos cometendo um grande equívoco se considerássemos que a problemática do desenvolvimento regional, na vida e obra de Rômulo de Almeida, se resume à sua experiência como Presidente do Banco do Nordeste e ao campo de atuação desta instituição. Pelo contrário, após o suicídio de Vargas e, conseqüentemente seu desligamento do BNB, é que o problema da região Nordeste fará parte de sua vida, seja na atuação no governo baiano após a segunda metade da década de 1950, ou então nas atividades de consultorias que prestava a partir da metade da década de 1960. Foram essas novas experiências que fizeram com que Rômulo de Almeida repensasse o desenvolvimento regional e os verdadeiros impasses da região Nordeste.

Depois de passar alguns anos em Washington desenvolvendo trabalhos diplomáticos Rômulo volta para a Bahia em 1966 e contribui na elaboração do Plano Diretor do CIA( Centro Industrial de Aratu). O fato era que o novo contexto da região nordestina exigia certa reinserção na problemática regional, pois existiam pontos de estrangulamentos como falta de infra-estrutura energética e de transporte que impediam o desenvolvimento da indústria neste local, essa observação fez com que Rômulo escrevesse um capítulo sobre seu embasamento econômico para este Plano Diretor.

Mais do que a contribuição específica dada para a elaboração do Plano Diretor do CIA, o que interessa para nós é que naquele momento a idéia de desenvolvimento regional para Rômulo de Almeida ganha novas concepções. Sua nova visão estaria sintetizada no livro publicado em 1985 com a colaboração do CNPq: trata-se de quinze artigos que vão mostrar o novo papel da industrialização para o desenvolvimento econômico-social no Nordeste (Almeida, 1985).

O ponto de inflexão na obra consiste em superar o “mito do desenvolvimento equilibrado”, pois agora para o novo entendimento do autor o processo de industrialização, nas condições conjunturais em que se desenvolve no âmbito nacional, caminha inexoravelmente para um desenvolvimento desequilibrado. Em suas palavras:

Não se parte do mito do desenvolvimento equilibrado. As limitações quanto à antecipação perfeita dos mercados para todos os produtos e para todos os insumos (sobretudo nos sistemas de mercado e iniciativa livre), a impossibilidade de

controle do comércio exterior (ao menos de mecanismos compensativos) e até mesmo da política econômica e da conjuntura no Sul do país, a impossibilidade de flexibilizar e substituir os fatores e, afinal, as implacáveis indivisibilidades, tornam o processo de desenvolvimento forçosamente desequilibrado (Almeida, 1985, p. 26)

O ápice desta nova visão de desenvolvimento regional residiria em suas contribuições para o desenvolvimento da indústria petroquímica no estado da Bahia, pois havia neste estado um enorme potencial de recursos naturais para o desenvolvimento desta atividade. Por outro lado, havia uma vantagem geográfica da Bahia em relação aos outros estados mais ao Norte (como Pernambuco, Paraíba e Ceará) no que se refere à proximidade ao mercado do Centro-Sul. Desta forma, haveria uma redução considerável nos custos de transporte, tão importantes à teoria da localização industrial. De fato, estavam postas assim as potencialidades que existiam para o desenvolvimento industrial no estado da Bahia.

Rômulo de Almeida atribuía a essa indústria que se desenvolveria no estado da Bahia, o poder de “Indústria Motriz”. Consiste num conceito criado por Perroux de indústrias “que exerciam papel de dominação sobre as demais atividades econômicas regionais” (Furtado, 2007). Pensava-se numa indústria que produzisse bens intermediários de uso geral nas atividades secundárias, primárias e terciárias, para que assim pudesse ter um papel indutor de desenvolvimento no conjunto de todas essas atividades. Seria a base de um desenvolvimento polarizado. Citando as próprias palavras do autor:

O sucessivo aparelhamento de pólos de desenvolvimento, não no sentido apenas de indústrias ou complexos industriais isolados, mas de áreas de alta densidade urbano-rurais, na base normalmente de grandes complexos ou conglomerados industriais, com capacidade polarizadora, irradiadora, metropolitana. (Almeida, 1985, p. 41)

Essas idéias à cerca do papel das indústrias para o desenvolvimento regional serviriam de base para a defesa da instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

“O projeto do Pólo Petroquímico veio trazer uma mudança revolucionária no padrão empresarial do Nordeste. A primeira razão está na dimensão e na complexidade tecnológica, caracterizando a firma ou a indústria motriz, conforme o conceito perrouxviano. Mais importante a acentuar são dois outros aspectos, no particular: o *modelo tripartito*, com a presença do Governo Federal como iniciador, assumindo o comando de um processo integrado e riscos pioneiros; a própria operação, em condições inéditas inclusive no Brasil, de um grande processo produtivo *grass root*” (Almeida, 1985, p. 108)

Em síntese, o plano de construção do Pólo Petroquímico de Camaçari baseava-se no poder indutor desta indústria, era uma tentativa de dinamizar a região Nordeste constituindo nela uma região micro-polarizada ligada a região Centro-Sul. Na interpretação de André Tosi Furtado:

(...) o efeito indutor não deveria limitar-se à petroquímica de segunda geração. Esses efeitos dinâmicos seriam de diversas ordens: os encadeamentos de indústrias fornecedoras, como as de bens de capital e de serviço de alto valor agregado; os encadeamentos a jusante dos compradores de insumos petroquímicos, principalmente a agricultura, que seria beneficiada pela localização da região Nordeste de produtos de fertilizantes; e os encadeamentos derivados do aumento da demanda de consumo final e dos gastos públicos (Furtado, 2007, p. 350).

Por fim, os encadeamentos desejados por Rômulo de Almeida não alcançaram a proporção desejada, ele reconheceu também que os investimentos foram carentes de multiplicadores de renda e de emprego, fazendo com que o projeto inicial não surtisse os efeitos tão desejáveis. Mas o que temos que considerar foi a grande influência prática e teórica de Rômulo de Almeida no debate, tão carente na época e até mesmo em nossa atualidade, sobre o desenvolvimento regional.

### **A Sudene de Celso Furtado e a crítica de Rômulo Almeida**

Com a grave seca de 1958, o governo de Juscelino Kubitschek assumiria a verdadeira responsabilidade de resolver o problema da região, para isto criou no mesmo ano o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento para o Nordeste) para realizar um novo diagnóstico de seus problemas. Este grupo seria comandado por Celso Furtado, que até então era um economista experiente e muito respeitado no Brasil. Caberia a ele dar rumo às diretrizes da política regional do Brasil para o Nordeste.

Furtado usaria sua experiência adquirida nos quase 10 anos de trabalho na Cepal e sua enorme capacidade de análise teórica (através de seu método histórico-estrutural) para realizar o diagnóstico da região Nordeste. Verificaria na história que o país se formou ao longo de um processo de integração política de várias regiões desarticuladas, seria até o século XIX “uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados ligados à economia internacional” (Furtado, 1959b). O Nordeste desde o século XVI constituiria parte desta economia voltada para a exportação, e como qualquer economia deste porte, estimulava a produção de gêneros secundários em regiões marginais subsidiárias. No caso do Nordeste, a criação de gado. Tal economia teria características iguais às de uma economia de subsistência, de certo modo desligada do setor exportador, e com dinâmicas próprias de funcionamento. Esta economia marginal garantia o crescimento da população mesmo em momentos de crise do setor exportador.



As características desta economia nordestina, fundada na monocultura e no latifúndio, garantiam cada vez mais a condição de uma renda altamente concentrada, com inibição da dinamização do mercado interno. Por apresentar esta dinâmica, a economia nordestina não conseguia absorver o alto excedente populacional, devido à insuficiência da demanda externa, conseqüentemente, a população era forçadamente empurrada para o agreste nordestino, criando ali uma economia de subsistência. Essas áreas geograficamente não suportavam este excedente populacional (caatinga) desenvolvendo ali uma enorme inoperância do meio, tal fator somado à concentração da renda (falta de mercado interno) seriam os grandes impasses da economia regional nordestina. Furtado (1959b, p.23) dizia que *“O mínimo que se pode dizer, portanto, é que se criou na região um sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável inadaptado ao meio”*.

Neste momento o diagnóstico feito por Celso Furtado batia de frente com qualquer diagnóstico feito até então: o problema do Nordeste não consistia nas graves secas que atingiam a região, mas na formação histórica da região, com problemas específicos. A afirmativa além de ir contra a oligarquia exportadora do Nordeste (que tanto se beneficiava com as “obras contra a seca”) possuía tons dramáticos ao observar que um dos problemas do Nordeste era o excesso populacional.

Seria criada então em 1959 a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) onde Celso Furtado guiaria suas diretrizes sendo seu Superintendente chefe. A solução para o Nordeste partiria da mesma visão do problema em escala macroeconômica. A superação do Nordeste seria a mesma concedida para os países que compunham a “periferia”: industrializar-se. Neste momento, Furtado estava trazendo para dentro do espaço nacional os argumentos que a Cepal teorizava em escala global, havia sido feita uma alusão ao Centro-Sul (seria o “centro” da análise cepalina) e ao Nordeste (que seria a “periferia” da análise cepalina).

A industrialização mediante permanente estudo do meio desenvolveria técnicas agrícolas adaptadas às regiões tropicais, de forma a utilizar racionalmente este espaço, aumentando a produtividade da economia nordestina; por outro lado, devido à dinâmica desta, absorveria o excedente populacional criando empregos e renda para a região. Estariam solucionados, dessa maneira, os problemas relacionados à falta de dinâmica do mercado interno e os problemas geográficos que afetavam a região.

No fundo, o plano era extremamente crítico às políticas desempenhadas pelo BNB, pois Furtado acreditava que as transferências públicas para o Nordeste tinham caráter assistencialista, portanto destinadas ao consumo pessoal, e as transferências mediante mecanismos comerciais destinavam-se ao financiamento de investimentos produtivos no Centro-Sul. A consequência desta dinâmica era cada vez mais o distanciamento entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Rômulo de Almeida apresenta algumas críticas à SUDENE, principalmente a falta de perspectiva integralista da análise de Furtado, para Rômulo a análise cepalina “centro-periferia” era coerente em escala macroeconômica, porém não se poderia considerar o Nordeste desvinculado da visão nacional, este é parte de um todo econômico, com funções que determinam o aspecto integral da economia brasileira. Assim, a abordagem cepalina traduzida para dentro do espaço nacional, como a experiência proposta pela SUDENE, seria errada para Rômulo de Almeida.

“o Nordeste estava inserido, como está, numa unidade nacional. Não se podia pensar em mercado consumidor nordestino. Um dos erros da Sudene foi exatamente pensar em substituição de importações em nível regional.” (Almeida, 1988, p.164)

Ainda criticando a SUDENE, o autor articula suas críticas à sua visão de desenvolvimento regional e a importância a centralidade da questão dos polos de desenvolvimento e crescimento. Nesse sentido, tais polos teriam um papel central no processo de desenvolvimento ao aproveitar os recursos naturais disponíveis na região, criando mercado interno e possibilitando efeitos encadeadores em toda a economia.

“qualquer indústria no Nordeste só podia resistir se fosse competitiva, seja vendendo para o mercado local, seja vendendo para o mercado do Sul. O erro da Sudene, como eu disse, foi exatamente pensar nos projetos na escala do mercado regional. Porque o Nordeste estava aberto para receber, mas não se preparava para vender fora.” (Almeida, 1988, p. 165).

Apesar das críticas, Rômulo Almeida sempre reconheceu o papel importante representado pela SUDENE, seja nos diagnósticos da situação do Nordeste, bem como a realização de importantes projetos e a formação de novos quadros para o país. Em suas palavras, “mesmo com todos os problemas, o papel da SUDENE no Nordeste foi extremamente decisivo para evitar uma catástrofe” (Almeida, 1988, p.147).

### **Considerações finais**

Entre diferentes diagnósticos e projeções de políticas econômicas, o certo é que esses dois economistas sempre se preocuparam com a questão regional, com a superação do atraso de uma região onde pessoas vivem em condições desumanas. Sempre tomaram como perspectiva a função da economia como resolver os problemas inerentes da realidade, fazendo jus aos verdadeiros anseios de um economista. Em tempos de extrema “ignorância” econômica, devemos recordar a figura e as ideias de Rômulo Almeida, bem como retomar o debate a cerca do desenvolvimento regional, tão esquecido nas abstrações das análises dos economistas formados na teoria ortodoxa.

## Referências Bibliográficas

Almeida, Aristeu Barreto de. (org.) “Rômulo Almeida o Construtor de Sonhos”, Salvador: CORECON, 1995.

Almeida, Rômulo. “Nordeste desenvolvimento social e industrialização”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. "Rômulo Almeida (depoimento; 1988)", Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.

\_\_\_\_\_. “Rômulo: voltado para o futuro”, Fortaleza: BNB, 1986.

\_\_\_\_\_. “O Nordeste no Segundo Governo Vargas”, Fortaleza: BNB, 1985.

\_\_\_\_\_. “Planejamento Regional”, In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001.

\_\_\_\_\_. “Programação Educacional Num Pais em Processo Inicial de Desenvolvimento” In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Nº 105 - Jan/mar 1967.

\_\_\_\_\_. “Traços da História Econômica da Bahia no ultimo século e meio” In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

Bacelar, Tânia. “A questão regional e a questão Nordestina” In: Tavares, M. C. “Celso Furtado e o Brasil”, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

Bielschowsky, Ricardo. “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento”. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

D'Araujo, Maria Celina. "O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política", 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Diniz, Clélio Campolina. “Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional” In: Nova econ. vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009

Furtado, André Tosi. “Rômulo Almeida (1914-88) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro”, In: Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Atlas, 2007.

Furtado, Celso. “A operação Nordeste”, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

\_\_\_\_\_. “Formação Econômica do Brasil”, São Paulo: Cia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. “Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento”, Revista de Economia Política, São Paulo, v. 4, 1984.

\_\_\_\_\_. “Uma política de desenvolvimento para o nordeste”, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

Mantega, Guido. “A economia política brasileira”, São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

Oliveira, Francisco. “A metamorfose da arribação : fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste . In Novos Estudos CEBRAP, São Paulo n.27, 1990.

Perroux, François. “A economia do século XX”. Porto: Herder, 1967.

Silva, Sylvio Bandeira de Mello e. "Rômulo Almeida e o Sonho do Planejamento Regional" In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001.

Souza, Aristeu & Assis, J. Carlos de. “A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida”, Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.